



Água, bem social ou econômico ?

Em 2003 estamos vivendo o Ano Internacional da Água Doce, proclamado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a partir da resolução 55/196, adotada em 20 de dezembro de 2000, com base em uma iniciativa do Governo do Tajiquistão e referendada por outros 148 países. Na realidade, as atividades desenvolvidas, principalmente o 3º Fórum Mundial das Águas, em março, na cidade de Kyoto, no Japão, são tidas como conseqüências dos acordos realizados na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2002, em Johannesburgo, na África do Sul. Dentre as questões levantadas, destaca-se a redução à metade, até 2015, do total de pessoas sem acesso à água potável (mais de um bilhão) e não atendidas por serviços de saneamento (mais de dois bilhões).

O 3º Fórum, no entanto, caracterizou-se pelas pressões do Conselho Mundial de Água, numa atitude claramente em defesa do sistema capitalista liberal, forçando os governos a abrirem mercados, serviços e investimentos públicos do setor a empresas privadas. Mais uma vez não se conseguiu que a água fosse declarada um direito fundamental da humanidade.

Em 22 de março de 1992, a ONU redigiu um documento, intitulado Declaração Universal dos Direitos da Água, cujo primeiro item menciona o seguinte: "A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão, é plenamente responsável aos olhos de todos". Já no item 5 temos: "A água não é somente herança de nossos predecessores, ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras".

Destacamos ainda o item final: "O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra". Ao que parece, as boas intenções demonstradas anteriormente estão seriamente ameaçadas.

Se não houver uma conscientização, seguida de uma grande mobilização daqueles que realmente se interessam pela causa ambiental, correremos o risco de ver, muito mais cedo do que imaginamos, grandes corporações loteando os mercados mundiais de água. E o pior é saber que experiências desse tipo já aconteceram, trazendo muitas vezes resultados calamitosos.

Em Atlanta (Estados Unidos), a Empresa Suez ganhou contrato de 20 anos, cancelado em apenas 3, porque aumentava o preço de seus serviços, sem realizar os investimentos prometidos. Esta mesma empresa, pelos mesmos motivos, também teve que se retirar de Manila (Filipinas) e Buenos Aires (Argentina).

O Governo do Canadá está sendo processado pela companhia Sunbelt, que pediu indenização de 600 milhões de dólares por supostos prejuízos com a suspensão da exportação de água dos Grandes Lagos, uma das principais fontes de água potável em toda América do Norte. É bom saber que o governo canadense proibiu a exportação maciça de água através de caminhões, navios ou canais de derivação a



partir da constatação da Comissão Internacional sobre Águas Limítrofes de que somente 1% das águas dos Grandes Lagos é renovável.

Em Cochabamba (Bolívia), em janeiro de 2000, as tarifas de água potável triplicaram, após uma lei de privatização de todo o saneamento e provocou a chamada Guerra da Água, uma das piores crises sociais que o país já viveu.

Em Limeira (São Paulo), a Companhia Lyonnaise des Eaux tem a concessão para o saneamento básico desde 1995. Aumento de tarifas, baixa qualidade dos serviços oferecidos e denúncia de corrupção ao Ministério Público é o triste saldo apresentado. Só que essa mesma empresa ganhou, em 2000, a concorrência para oferecer esses serviços em Manaus (Amazonas).

Em São Lourenço (MG), a Nestlé é acusada de secar fontes de águas minerais magnesianas no Parque das Águas, utilizando bombas de sucção de grande potência que excediam a capacidade das fontes.

Algumas pseudoverdades contribuem para facilitar esta tendência manifestada em Kyoto. As soluções de economia de mercado para quaisquer empreendimentos que gerem custos e a crença de que o Poder Público não deve investir em bens comuns, como a água, são apenas alguns argumentos que costumam ser utilizados por aqueles que defendem o investimento privado em todos os níveis. Experiências recentes, nas áreas de telefonia e energia elétrica, demonstram, no entanto, que a privatização só baixa os preços no início e não é a melhor solução, como se apregoa constantemente.

Em 2004, a água será tema da Campanha da Fraternidade e a sua discussão como bem econômico ou social certamente estará em evidência. Afinal, de acordo com a própria ONU, no último meio século, a disponibilidade de água por pessoa diminuiu 60%, enquanto que a população aumentou 50%.

Artigo publicado na coluna Vida&Ciência, do Jornal do Commercio, em 01/08/2003